

O movimento das marés

Tudo indica que nos EUA a onda de populismo autoritário voltará com força

Oscar Vilhena Vieira

Professor da FGV e do IUPERJ, mestre em direito pela Universidade Columbia (EUA) e doutor em ciência política pela USP Autor de "Constituição e sua Reserva de Justiça"

É um equívoco achar que as marés simplesmente passam. Elas vêm e voltam. E tudo indica que nos Estados Unidos a onda de populismo autoritário, encabeçada por Donald Trump, retornará com mais força e fúria. Ressentido, Trump não poupará esforços para romper as amarras estabelecidas pela Constituição para que possa exercer o poder sem embargos. Se há uma característica comum às diversas vertentes do populismo autoritário é seu anti-institucionalismo.

As instituições liberais, criadas para estabilizar relações e conter o exercício arbitrário do poder, devem ser subjugadas ou capturadas, para atender os desejos do líder populista. O emprego da Abin para investigar opositores e autoridades vistas como inimigas por Bolsonaro, além de proteger familiares, se comprovado, é uma amostra de como populações autoritárias instrumentizam as instituições para atender seus objetivos. Distintamente dos Estados Unidos, as instituições consti-

tucionais brasileiras se demonstram mais habilidadosas em enfrentar este último ciclo de ascensão de um populista autoritário. Certamente nossa acidental história política, marcada por golpes, regime autoritários e também por marés populistas, levaram a constituinte de 1988 a ser mais cuidadosa ao dispersar o poder e fortalecer as instituições de controle, especialmente os tribunais, de maneira que a captura e subordinação dessas instituições por um aventureiro de plantão se tornasse mais difícil.

Somado a isso, estabelecemos regras duras para aqueles que são desleais à democracia. No campo eleitoral, o abuso de poder político e o ataque às regras e instituições eleitorais pode levar a inelegibilidade, como aconteceu com Bolsonaro. Da mesma forma, o direito penal foi mobilizado para a defesa do Estado democrático de Direito, com a sanção da lei 14.157, em setembro de 2021, que substituiu a velha Lei de Segurança Nacional. Necessário anotar que a aplicação da lei penal contra aque-

les que conspiraram contra a democracia em 8 de janeiro ainda tem se demonstrado muito seletiva. Mandantes, financiadores, iniciadores e aqueles que criaram uma cerca de proteção ao baixo clero político continuam impunes.

O sistema de defesa da democracia montado a partir de 1988 demonstrou, no entanto, outras fissuras. O exercício monocrático do poder conferido ao presidente da Câmara dos Deputados, para dar início ao processo de impeachment, e ao procurador-geral da República, para investigar e processar crimes comuns eventualmente praticados pelo presidente da República, aponta para problemas a serem corrigidos. Numa República não deve haver poder pessoal incontestável. Mais do que isso, essa falha no sistema, levou à necessidade de um engrandecimento do

poder do Supremo, para suprir a omissão de outras esferas de proteção da democracia. Passada a crise aguda, que justificou uma conduta mais ativa da corte na contenção dos ataques autoritários, é fundamental que se busque desescalar o emprego dos mecanismos da "democracia defensiva". Especial atenção deve ser conferida à questão da imparcialidade do Supremo. É da imparcialidade que deriva a principal fonte de autoridade de qualquer tribunal. Ministros que se tornaram alvos preferenciais das investidas antilegislativas não podem permanecer responsáveis pela apuração de condutas de que foram vítimas.

Como alertava Benjamin Cardozo, histórico juiz da Suprema Corte norte-americana, os juízes não estão ao salvo das grandes marés e correntes que engolfam as demais pessoas. E elas vêm e voltam.

DOM, Antonio Prata | JORN, Marcia Castro, Giovanni Madalosso | TIK, Vera Iaconelli | JORN, Ilana Szabo de Carvalho, Jairo Marques | JORN, Sérgio Rodrigues | JORN, Tatiana Bernardi | JORN, Oscar Vilhena Vieira, Luis Francisco Carvalho Filho

PM terá mais armas de uso restrito, mas menos munição

Nova regulamentação do Exército entrará em vigor a partir de 1º de fevereiro

Raquel Lopes

BRASÍLIA. O Exército emitiu uma portaria que autoriza membros da Polícia Militar e dos Bombeiros a adquirir até cinco armas de uso restrito, incluindo fuzis, para uso pessoal em todo o país. Assim, a quantidade de armas de uso restrito disponíveis para aquisição por membros das forças de segurança subiu de duas para cinco unidades. A arma de uso restrito é autorizada exclusivamente para as Forças Armadas, instituições de segurança pública e pessoas físicas e jurídicas autorizadas pelo Exército como CACs (coletadores, atiradores e caçadores). A portaria, divulgada no Diário Oficial da União na terça-feira (23), apresenta novas diretrizes para aquisição, registro, cadastro e transferência de armas de fogo sob jurisdi-

ção do Exército. A nova regulamentação entrará em vigor a partir de 1º de fevereiro. Apesar da ampliação do número de armas de uso restrito sob o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), na comparação com a gestão Jair Bolsonaro (PL), houve uma redução no quantitativo total disponível (uso permitido e restrito) para aquisição no acervo pessoal. No governo Lula, o limite estabelecido de seis armas, incluindo até cinco de uso restrito. Sob Bolsonaro, o total autorizado era de oito armas, sendo duas de uso restrito. As alterações da nova regra não se limitaram apenas ao número de armas, mas também abrangem as munições disponíveis para acervo pessoal de policiais militares e bombeiros. Agora, podem adquirir até seis cartuchos para cada arma registrada, com máximo

Principais mudanças no acervo pessoal

ARMAS

Antes do governo Bolsonaro

Oito armas, sendo seis de uso permitido (duas em cada categoria) e duas de uso restrito

Governo Bolsonaro

Oito armas, sendo seis de uso permitido e duas de uso restrito

Governo Lula

Seis armas, sendo até cinco de uso restrito

MUNICÕES

Antes do governo Bolsonaro

600 unidades por arma de fogo, podendo chegar a 1.500 unidades por arma de fogo, dependendo da arma

4.800 munições ao arto

Governo Bolsonaro

600 unidades para arma de uso restrito, 2.000 para arma de uso permitido e 2.400 para calibres de espingarda, podendo chegar a 15,6 mil munições ao arto

Governo Lula

600 munições por arma, podendo adquirir até 3.600 cartuchos por ano

Além disso, o governo

liberou a compra de irsumos para recarga como uma alternativa à aquisição de munição, contanto que o somatório de munições obtidas e recarregadas não exceda 600 unidades por arma de fogo

de 1.600 cartuchos por ano. Além disso, o governo liberou a compra de irsumos para recarga como uma alternativa à compra de munição, contanto que o somatório de munições adquiridas e recarregadas não exceda 600 unidades por ano, para cada arma.

O nomenclatura é quatro vezes inferior ao permitido no governo Bolsonaro. Se alguém tivesse as oito armas que tinha direito, poderia adquirir até 16 mil munições por ano. A portaria é mais um gesto do governo Lula em direção aos policiais militares, uma base política de Bolsonaro. No ano passado, o governo sinalizou apoio à aprovação do projeto que estabelece a Lei Orgânica da Polícia Militar, uma das principais demandas da bancada da bola. O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, encaminhou um ofício ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmando que o projeto era uma prioridade para a pasta.

Aprovado em outubro, o texto abre espaço para a politização dos agentes e, potencialmente, esvazia os poderes das secretarias estaduais de segurança pública.

O texto da lei orgânica da PMs foi sancionado por Lula

em dezembro. Na ocasião, ele vetou o trecho que proibia a participação a manifestações político-partidárias e a participação de atos de natureza, também, afiliação partidária. O mandatário vetou ainda quase 30 dispositivos da lei, que é uma das principais reivindicações da bancada da bola. O dispositivo que permite o esvaziamento das secretarias estaduais foi preservado pelo presidente. O artigo 3º diz que os comandantes são responsáveis perante os governadores, eliminando a figura do secretário nessa relação.

Em outra decisão recente sobre o acesso a armas no país, o governo proibiu o acesso de civis a armas de cano longo semiautomáticas. Uma portaria estabeleceu que todas as armas longas semiautomáticas são de uso restrito —com autorização somente para uso das forças de segurança e CACs que atingirem o nível três, que permite participação em campeonatos nacionais internacionais.

Armas semiautomáticas são aquelas que o atirador não precisa realizar nenhuma ação entre os disparos: basta que o gatilho é apertado, uma projetil é lançado e outra munição é preparada automaticamente para o disparo seguinte.



Moradores da Vila Saly em São Sebastião, que ficou ficou alagada após chuvas dos últimos dias. Marcelo Cabral/Divulgação/Folha

Chuvas fortes no litoral norte de SP afetam abastecimento de água e de energia elétrica

Isabella Menon

SÃO PAULO. Desde a noite de quarta-feira (24), a população do litoral norte de São Paulo vem sofrendo com as consequências das fortes chuvas na região. Em vídeos, moradores de São Sebastião aparecem atravessando ruas com as águas até os joelhos ou em barcos improvisados. Além

disso, apontam falta de água e de energia elétrica. Na cidade, choveu nas últimas 72 horas quase que toda a quantidade agendada por mês. Ao todo, foram 266 mm de chuva, sendo que o esperado para o mês de janeiro é de 282 mm.

As chuvas dos últimos dias causaram deslizamentos em estradas, geraram alertas em

regiões de morros e o acionamento das sirenes de emergência na Vila Saly, em São Sebastião, onde 64 pessoas morreram devido às chuvas no ano passado. Em nota divulgada na noite de quinta-feira (25), a prefeitura de São Sebastião afirmou que as fortes chuvas tiveram impacto no abastecimento de água da região.

A gestão municipal afirma que, consultada, a Sabesp informou que estações de tratamento da região, como Boicanga e São Francisco e Tirol, não foram afetadas pelas chuvas. Segundo a prefeitura, que lamenta a paralisação da companhia, a Sabesp informou ainda, segundo a prefeitura, que lambeiros e outros materiais arrastados nos mananciais podem prejudicar a cap-

tuação e o tratamento da água. "As equipes da Sabesp estão realizando os trabalhos de limpeza nas captações", diz o comunicado, que solicita à população que economize água armazenada em seus reservatórios domiciliares para uma mais rápida recuperação de todo o sistema.

Jaqueline Fonseca, que vive na região da Vila Saly, afirma que está sem água e o pouco que sai das torneiras é água misturada com barro. Jaqueline afirma que, nos últimos dias, a região tem sofrido com as fortes chuvas, mas que nada se compara com o temporal que causou o deslizamento de casas na região em que ela vive no ano passado.

Além de Jaqueline, outros moradores também confirmam que o abastecimento de água ainda não foi normalizado. No fim da tarde desta sexta, a Sabesp informou por meio de nota que todos os sistemas de água estão em operação. Porém, admite que, ainda assim, "pode haver intermitência no abastecimento enquanto os reservatórios atingem o nível de capacidade plena, principal problema da região sul de São Sebastião".

Diante deste cenário, a companhia volta a pedir pelo uso consciente da água pela população e segue em estado de atenção devido à previsão de mais chuva na região.

Na Barra do Saly, alguns estabelecimentos registraram falta de luz durante a tarde desta quinta-feira. Adriana Cardoso, dona da pousada Saly da Terra, afirmou que ficou sem energia das 14h às 21h e teve que dar um desconto para os hóspedes.

A EDJ, empresa responsável pelo fornecimento de energia na região, informou que realizou o Plano Verão, que permite envolver até março, que inclui o reforço do quadro de equipes técnicas para os atendimentos que exigem atuação em campo, garantindo a máxima segurança à população. Sobre a situação de São Sebastião, a concessionária diz que reforçou o atendimento local com equipes de outras localidades, que continuam mobilizadas, de forma ininterrupta, desde a última quarta-feira (24), para atendimentos a ocorrências provocadas pelas chuvas. "Até o momento, 98% dos clientes afetados estão com o fornecimento de energia normalizado".

Em Ubatuba, onde também foram registrados temporais, houve problema com abastecimento de água. A Sabesp informou que os sistemas foram prejudicados, especialmente as captações, porém afirma que não chegou a ter "interupções significativas". Neste sexta, a Sabesp afirmou que os sistemas já foram normalizados em Ubatuba.